



Senado retoma trabalhos com FPE e Código Florestal na pauta



Marcos Oliveira/Agência Senado

A lotação dos novos servidores do Senado foi definida com base em questionário enviado anteriormente sobre formação e experiência profissional

Servidores aprovados em concurso tomam posse

Tomaram posse ontem 18 aprovados na seleção realizada este ano para o cargo de técnico legislativo. A expectativa é de que duas vezes por semana outros

aprovados sejam empossados. Para a diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, os novos servidores trarão mudança e fortalecimento institucional para a Casa. **2**

Mesmo com campanhas municipais, senadores voltam à atividade com a missão de votar projetos importantes este ano

Senado retoma hoje as atividades legislativas e, apesar de as eleições mobilizarem senadores (cinco deles serão candidatos a prefeito de capital), há expectativa de votações importantes. Temas como a reorganização da distribuição do Fundo de Participação dos Estados devem ser definidos ainda este ano. A medida provisória que regulamenta partes vetadas no projeto do novo Código Florestal, depois de embate entre ambientalistas e ruralistas, tem um texto de consenso, que tramitará primeiro na Câmara e depois no Senado. A MP que modifica as regras da poupança também deve ser votada em breve. **2**



José Cruz/ABR

Andressa Mendonça, mulher do contraventor

CPI ouvirá mulher e ex-mulher de Cachoeira na próxima semana

Andréa Aprígio, ex-mulher de Carlinhos Cachoeira, pediu à Justiça o direito de ficar em silêncio na CPI. O depoimento será na quarta-feira. Andressa Mendonça, a atual mulher, falará na terça-feira. **3**

Reprodução/Academia Hammer



Academia também é questão de saúde, justifica senador

Projeto prevê dedução no IR para despesas com academia

Pela proposta do senador Eduardo Lopes, o benefício também valeria para gastos com nutricionista, mediante prescrição médica. **3**

Comissões estudam fazer audiências sobre falhas da telefonia móvel **4**

Conselho de Comunicação Social empossa novos integrantes **4**

Senado divulga na internet remuneração de servidores **2**

Divulgação/Aeroporto de Maringá



Senador defende incentivo do governo para aviação regional

Presidente da Subcomissão da Aviação Civil, Vicentinho Alves diz que é preciso resolver três problemas: carência de infraestrutura, alto preço dos combustíveis e carga tributária. **3**

Aeroporto de Maringá (PR): governo fala em R\$ 1 bi por ano para estruturar setor

Senado retoma atividades hoje com previsão de votações importantes

Apesar das eleições municipais, que mobilizarão senadores, Casa deverá votar novas regras do FPE e a MP do Código Florestal

O SENADO RETOMA hoje as atividades legislativas, após o recesso de julho, com expectativa de votações importantes. Apesar de as eleições municipais mobilizarem senadores — cinco serão candidatos a prefeito de capital —, há diversos temas com definição prevista para este ano.

É o caso dos projetos que reorganizam a distribuição do dinheiro do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Hoje, 85% vai para os estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e 15%, para os das regiões Sudeste e Sul. O Supremo Tribunal Federal (STF) deu como prazo o final do ano para que os coeficientes sejam recalculados. Se isso não ocorrer, a União não terá como distribuir esses recursos a partir de janeiro.

Outro assunto que aguarda definição do Senado é a medida



Geral do Plenário no primeiro semestre: senadores terão duas semanas de esforço concentrado já neste mês

provisória que regulamenta partes vetadas pela presidente Dilma Rousseff no projeto do novo Código Florestal. Depois de um embate entre as bancadas ambientalistas e ruralistas, a MP tem um texto de consenso, que tramitará primeiro na Câmara e depois no Senado.

Entre as medidas provisórias a serem votadas em breve, estão a MP 563/12, que desonera setores econômicos da contribuição previdenciária patronal relativa à folha de pagamento; a MP 564/12, com ações de

estímulo a indústria previstas no Plano Brasil Maior; a MP 567/12, que modifica as regras da poupança; e a MP 568/12, que aumenta os salários de servidores do governo federal. A MP 563/12 está na pauta do Plenário para terça-feira.

Aguarda votação em Plenário a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 33/09, que restabelece a exigência de diploma para o exercício da profissão de jornalista. Há também, na pauta, o projeto que estabelece cotas raciais e

sociais para ingresso em universidade federal (PLC 180/08).

Por causa das eleições municipais, os senadores retornam ao trabalho com duas semanas de esforço concentrado, cada uma com três dias de votação — de 7 a 9 e de 21 a 23 de agosto. Uma terceira semana está marcada para setembro. A quarta, em outubro.

A CPI do Cachoeira retoma as reuniões na próxima semana. Na terça-feira, deve ocorrer o depoimento da mulher de Cachoeira, Andressa Mendonça.

Novos funcionários fortalecem o Senado, afirma diretora-geral

Na cerimônia de posse de 18 candidatos aprovados no concurso deste ano para o cargo de técnico legislativo, ontem, a diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, disse que novos servidores trarão mudança e fortalecimento institucional para a Casa.

— Esse país, que é jovem, tem em sua juventude uma possibilidade de mudança e fortalecimento institucional e é isso que os novos servidores vão trazer — afirmou.

Doris disse que o Senado inovou ao enviar aos aprovados um questionário sobre área de formação, locais em que já trabalharam e expectativas. Com base no levantamento, cada servidor tem sua lotação definida para locais compatíveis.

Segundo a diretora-geral, a expectativa é de que haja posses de novos aprovados duas vezes por semana. Doris ainda anunciou que foi publicada no *Diário Oficial* de ontem a homologação do concurso para analistas e consultores.

Salários dos servidores são divulgados na internet

Os subsídios dos senadores e a remuneração dos servidores efetivos e comissionados estão divulgados desde ontem, de forma individualizada, no Portal da Transparência do site do Senado (www.senado.gov.br/transparencia). A divulgação atende à Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/11).

Os nomes dos servidores não serão divulgados, conforme decisão liminar da Justiça em favor do Sindilegis, sindicato que representa os trabalhadores do Poder Legislativo federal e do Tribunal de Contas da União. O juiz federal Flávio Marcelo Sérgio Borges entendeu que não se pode contrariar o princípio constitucional da proporcionalidade, segundo o qual prefere-se adotar as formas menos invasivas possíveis para fazer cumprir uma lei.

— A informação não pode



A diretora-geral, Doris, diz que a Casa atende à Lei de Acesso à Informação

traduzir devassa irrefletida e tampouco comprometimento desequilibrado dos valores que essa mesma norma pretende proteger — disse o juiz.

Além disso, o interessado em consultar salários deverá se identificar, preenchendo formulário com nome, CPF, e-mail e endereço físico. Esses dados ficarão armazenados

juntamente com o endereço IP (*internet protocol*) do computador de onde está sendo feita a consulta. O objetivo é inibir o uso indevido das informações.

— Antes, já atendíamos a 80% do que determina a Lei de Acesso à Informação. Com essas novas medidas, vamos atendê-la integralmente — disse a diretora-geral do Senado, Doris Peixoto.

Entre as informações a serem publicadas, conforme determina o Ato 10/12 do Senado, constam: categoria, padrão, cargo ou função comissionada e ano de admissão, estrutura remuneratória básica, vantagens pessoais, reversão do teto constitucional, descontos obrigatórios, vantagens eventuais, vantagens indenizatórias e compensatórias e abono de permanência.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PRENÁRIO: Retomada dos trabalhos

14h A sessão de hoje será não deliberativa, sem votação de projetos.

PRESIDÊNCIA: Parlamentares da América

12h O senador José Sarney recebe o presidente da Confederação Parlamentar das Américas, deputado Jacques Chagnon, acompanhado do senador mexicano Carlos Jiménez, do senador Rodrigo Rollemberg e da deputada Maninha.

CCT: Telefonia móvel

14h30 A Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática vota requerimento para a realização de audiência pública sobre a situação da telefonia móvel no Brasil. Foi convidado, entre outros, o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Projeto abate do IR despesa com nutricionista e academia

Despesas com nutricionista, profissional de educação física e academia de ginástica poderão ser abatidas no Imposto de Renda das pessoas físicas. Projeto de lei com esse objetivo está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Do senador Eduardo Lopes (PRB-RJ), o PLS 112/12 aguarda parecer do relator, senador João Vicente Claudino (PTB-PI). Depois de aprovada na CAS, a matéria será examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa. Para fazer jus ao abatimento, o contribuinte deverá apresentar a prescrição médica e a nota fiscal.

Ao justificar o projeto, Eduardo Lopes argumenta que problemas de nutrição, desde a desnutrição até a obesidade mórbida, têm se tornado um problema de saúde pública.

“A tendência é alarmante e



Lopes: academia não é só questão de vaidade, mas também de saúde

indica necessidade de políticas públicas mais agressivas no sentido de criar condições de controle e estabilização antes que se torne um problema de difícil administração. Se, por um lado, a evolução das variáveis macroeconômicas funciona no sentido do agravamento do quadro, de outro, torna-se ingente a mudança de padrões culturais ligados aos hábitos alimentares e ao sedentarismo”, disse, ressaltando que as academias não são apenas questão de vaidade, mas de saúde.

Excesso de peso

Percentuais de obesidade na população brasileira

	1975	2009
meninos de 10 a 19 anos	3,7%	21,7%
meninas de 10 a 19 anos	7,6%	19,4%
homens	18,5%	50,1%
mulheres	28,7%	48%

Fonte: IBGE

Vicentinho espera anúncio de incentivos à aviação regional

Notícias de que o governo pretende anunciar medidas para estimular a aviação regional foram comemoradas por Vicentinho Alves (PR-TO), presidente da Subcomissão Temporária da Aviação Civil.

— Hoje, nenhuma região é bem servida em aeroportos e rotas aéreas regionais. O quadro é mais crítico no Norte, com áreas isoladas em razão de condições naturais e que só podem ser alcançadas por barcos ou aeronaves — disse.

No ciclo de debates que vem sendo desenvolvido pela subcomissão, o ministro da Secretaria de Aviação Civil, Wagner Bittencourt, já havia antecipado a disposição do governo em investir cerca de R\$ 1 bilhão por ano para



Vicentinho: medidas serão bem-vindas, pois problemas são graves

estruturar a aviação regional. Segundo Vicentinho, a interiorização da aviação requer solução para três problemas: a carência de infraestrutura aeroportuária, o elevado preço dos combustíveis e a carga tributária excessiva incidente sobre os serviços. “A integração do país por meio de voos regionais depende da redução dos custos das passagens”, acrescentou o senador.

Andréa Aprígio impetrou *habeas corpus* para garantir o direito ao silêncio durante depoimento, marcado para 8 de agosto. Contador fez pedido semelhante e araponga já tem decisão favorável do STF

Ex de Cachoeira pede direito a silêncio em CPI

MAIS TRÊS DEPOENTES podem ficar calados nas reuniões da CPI do Cachoeira marcadas para a próxima semana, entre eles a ex-mulher do contraventor. Andréa Aprígio pediu ontem, por meio de *habeas corpus*, o direito ao silêncio durante o depoimento, marcado para 8 de agosto. Outro depoente, Rubmaier Ferreira de Carvalho, fez pedido semelhante e o terceiro, Joaquim Gomes Thomé Neto, já garantiu o direito de não falar para não se autoincriminar na CPI.

Apontado como contador da organização criminosa de Carlinhos Cachoeira, Rubmaier é suspeito de ser o responsável pela abertura de empresas que seriam usadas como fachada para lavar dinheiro. O depoimento dele também está previsto para o dia 8. O Supremo Tribunal Federal (STF) estava em recesso quando ambos impetraram os *habeas corpus*, mas os pedidos poderão ser apreciados a partir de hoje.

Outro depoente convocado para a próxima semana, o policial federal aposentado Thomé Neto, que já conta com a decisão favorável do



Próxima semana terá depoimentos de cinco pessoas ligadas a Cachoeira

STF, é considerado um dos arapongas do grupo. Ele já havia sido convocado no início de julho, mas apresentou atestado médico à comissão. O depoimento dele está marcado para o dia 7.

Outros depoentes

Até agora, a atual mulher de Cachoeira, Andressa Mendonça, convocada para falar no dia 7, não pediu para ficar em silêncio. Andressa deve ser questionada sobre a acusação de tentar chantagear o juiz federal Alderico Rocha Santos, da 11ª Vara Federal de Goiânia. Segundo Santos, ela teria tentado obter decisão favorável ao marido, ameaçando divulgar

Depoimentos

TERÇA-FEIRA, 7

- ▶ **Andressa Mendonça**, atual mulher de Cachoeira
- ▶ **Joaquim Gomes Thomé Neto**, policial federal aposentado, considerado um dos arapongas do grupo

QUARTA-FEIRA, 8

- ▶ **Andréa Aprígio**, ex-mulher de Cachoeira
- ▶ **Adriano Aprígio de Souza**, irmão de Andréa Aprígio, preso no dia 6 de julho, suspeito de ameaçar por e-mail a procuradora Léa Batista de Oliveira
- ▶ **Rubmaier Ferreira de Carvalho**, apontado como contador do esquema

dossiê com informações e fotos do juiz com políticos e empresários.

Outro convocado para a próxima semana que não recorreu ao STF foi Adriano Aprígio de Souza, ex-cunhado de Cachoeira, que deve falar no dia 8. Adriano foi preso no dia 6 de julho, suspeito de ameaçar por e-mail a procuradora Léa Batista de Oliveira, uma das responsáveis por denúncias na Operação Monte Carlo. Na semana passada, Adriano pagou fiança e foi solto.

Texto prevê que Tribunal do Júri também julgue caso de corrupção

Os crimes de corrupção ativa e passiva, consumados ou tentados, podem passar a ser julgados pelo Tribunal do Júri. É o que propõe o senador Cyro Miranda (PSDB-GO), em projeto de lei que aguarda designação do relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O Código de Processo Penal determina que crimes dolosos contra a vida — homicídio, induzir ou auxiliar suicídio, infanticídio e aborto — sejam julgados pelo Tribunal do Júri.

O projeto de lei em questão (PLS 39/12) altera o código para incluir crimes de

corrupção entre os passíveis de serem julgados pelo tribunal popular.

O nível de corrupção verificado num país, avaliou Cyro Miranda ao justificar a proposta, é relativo à dificuldade da prática, assim como o tipo de punição aplicado.

O parlamentar observou que assim os corruptos avaliam se os problemas e penalidades enfrentados valem a pena se comparados com valor dos rendimentos advindos da prática.

— A penalidade para a corrupção é um conjunto de probabilidades de ser pego e,



Cyro Miranda, autor do projeto que amplia atuação do Tribunal do Júri

uma vez pego, de ser punido. Isso é importante para que o indivíduo tome a decisão de ser corrupto ou não — afirmou Cyro Miranda.

Para o senador, ampliar a competência do Tribunal do Júri para julgamento de crimes de corrupção vai permitir mais respeito à democracia e dificultar as práticas de corrupção.

Proposta reserva 20% das vagas em concursos para deficientes

Pessoas com deficiência poderão contar com reserva de no mínimo 20% das vagas oferecidas em concursos públicos. É o que prevê um projeto de lei do senador Gim Argello (PTB-DF). A proposta está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde aguarda a indicação de relator.

Segundo Gim, o PLS 258/12

resgata um projeto do então senador Rodolfo Tourinho que foi arquivado em 2011.

Na comparação com o texto anterior, o projeto de Gim Argello eleva de 5% para 20% o percentual mínimo de cargos a ser reservados.

— Trata-se da defesa do direito ao trabalho de uma população de mais de 20

milhões de brasileiros, tradicionalmente alijada do setor produtivo e assim impedida de garantir o próprio sustento — argumentou o senador.

Além de outras garantias, o PLS 258/12 assegura inscrição gratuita a candidatos com deficiência comprovadamente carentes, condições diferenciadas para realização

das provas e adaptação do ambiente de trabalho às necessidades do novo servidor.

Ao mesmo tempo em que exige comprovação da deficiência já no ato da inscrição — mediante laudo médico —, o projeto proíbe que a pessoa com deficiência seja impedida de exercer o cargo público para o qual foi nomeada em



Gim propôs o benefício que pode atender 20 milhões de brasileiros

razão de limitações físicas, sensoriais, intelectuais ou psíquicas.

Comissões de Ciência e Tecnologia e de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor votarão pedidos de audiência sobre telefonia móvel

Comissões querem ouvir governo e operadoras sobre falhas em celular

DUAS COMISSÕES DO Senado voltam do recesso parlamentar de julho articulando audiências públicas sobre a situação da telefonia celular no país.

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) pretende votar hoje requerimento para a realização de um debate sobre a qualidade dos serviços e os investimentos das operadoras.

Na próxima semana, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) também deverá examinar um pedido de audiência.

As comissões querem avaliar os problemas do setor ouvindo representantes das operadoras, do governo e da



Eduardo Braga: pedido de audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia



Rodrigo Rollemberg: debate na CMA deve ouvir três operadoras punidas

Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Vendas suspensas

Os debates acontecem na sequência da decisão da Anatel de suspender a venda de *chips* e *modems* de internet 3G das operadoras TIM, Oi e Claro em diversos estados.

A medida veio em resposta ao elevado volume de reclamações dos consumidores insatisfeitos com a qualidade dos serviços.

A retomada das vendas dependerá da aprovação de planos de investimentos das operadoras para a solução dos problemas, como a frequente

queda de sinal.

A audiência na CCT foi requerida pelos senadores Eduardo Braga (PMDB-AM), que preside a comissão, e Walter Pinheiro (PT-BA). Serão convidados o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, o presidente da Anatel, João Rezende, e um representante da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil).

O pedido de audiência pública na CMA foi proposto pelo senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que preside a comissão. Ele sugere a participação de representantes das três operadoras penalizadas, da Anatel e da Secretaria Nacional do Consumidor, que é ligada ao Ministério da Justiça.

Alerta poderá ajudar na localização de desaparecidos

O serviço de telefonia celular poderá ajudar na localização de crianças e adolescentes desaparecidos. Logo após a notificação do desaparecimento pela família, mensagem com alerta emergencial deverá ser enviada a todas as linhas num raio de 500 quilômetros a partir do local de desaparecimento.

A medida poderá ser incluída no Estatuto da Criança e do Adolescente caso seja aprovado

o projeto do senador Benedito de Lira (PP-AL) que obriga a emissão do alerta pelo poder público (PLS 243/12).

Assim como as operadoras de celular, os provedores de internet, o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, radioamadores, terminais rodoviários, portos, aeroportos, praças de pedágio, postos de combustível e empresas de transporte

interestadual e internacional terão de difundir o alerta.

De acordo com o projeto, se o alerta não for replicado em até três horas, poderá ser aplicada multa de R\$ 3 mil por mensagem não repassada.

Também está prevista pena de detenção, de 6 meses a 2 anos, para o agente público que deixar de emitir o alerta.

Nome, idade, traços característicos, foto e informação



Benedito de Lira, autor do texto que torna obrigatória emissão de alerta

sobre o último local visitado são os dados básicos que deverão constar do alerta. O projeto está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado



Moreira Matiz/Agência Senado



Moreira Matiz/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

Mozarildo tem dois projetos sobre a Anvisa

Dois projetos sobre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) foram anunciados em Plenário por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), no último dia 17.

O primeiro (PLS 273/12) obriga a Anvisa a manter na internet acervo organizado, assegurando ampla publicidade e acesso às normas e regulamentos do órgão.

O segundo texto (PLS 272/12) aumenta para um ano o período de quarentena a que são submetidos os ex-dirigentes das agências reguladoras, incluindo a Anvisa, em razão de informações privilegiadas acumuladas com o cargo exercido.

Jucá: ajustes em proposta contra discriminação

Romero Jucá (PMDB-RR) anunciou que apresentou substitutivo a dois projetos de lei que visam combater a discriminação contra a mulher no mercado de trabalho.

O PLC 130/11, do deputado Marçal Filho (PMDB-MS), e o PLS 136/11, do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), tramitam de forma conjunta e estão em análise na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O senador anunciou que ajustou questões inconstitucionais das propostas e este mês, após a aprovação pela CAE, apresentará requerimento de urgência para o substitutivo.

Para Sérgio Souza, PAC 2 é essencial ao país

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2 auxilia o país a manter a atividade econômica e os níveis de emprego e renda atuais, segundo Sérgio Souza (PMDB-PR).

Para o senador, o primeiro ano do PAC 2 teve um desempenho satisfatório, com R\$ 204,4 bilhões executados ou 21% dos R\$ 955 bilhões previstos para os anos de 2011 a 2014. No entanto, ressaltou, "diante das incertezas que inibem o investimento privado e das estimativas de crescimento da economia em torno de 2% para 2012, é preciso aprimorar a execução do programa".

Anibal elogia realizações do governo acriano

As realizações do governo do Acre e o desempenho do governador Tião Viana foram elogiados por Anibal Diniz (PT-AC). O senador citou o lançamento do Plano de Recursos Hídricos, que visa preservar a qualidade e a quantidade das águas do Acre, com uso racional e consciente.

Anibal comentou ainda o Programa Cuidando dos Seus Olhos, que já realizou milhares de consultas e cirurgias oculares.

Elogiou também os projetos de incentivo e apoio à piscicultura, voltados principalmente para pequenos produtores familiares.

Suplicy recita poema de Drummond

O poeta Carlos Drummond de Andrade, que, se estivesse vivo, completaria 110 anos em outubro, foi lembrado por Eduardo Suplicy (PT-SP) em discurso. Drummond foi o homenageado da Festa Literária Internacional de Paraty (Flip), em julho.

— O sucesso alcançado na Flip e a felicidade ao escolher Drummond bem retratam o valor que ele dava ao ato de escrever poesia.

Suplicy encerrou a homenagem recitando o poema *Sentimento do Mundo* e desejando que os brasileiros continuem aprendendo com a obra de Drummond.

Viana: país deve proteger meio ambiente

O senador Jorge Viana (PT-AC) pediu em Plenário, no último dia 17, que a sociedade aproveitasse a comemoração do Dia de Proteção às Florestas, celebrado no mesmo dia, para fazer uma reflexão sobre os desafios do Brasil no meio ambiente.

De acordo com o senador, o Brasil precisa chegar a um entendimento para virar referência no trato de sua rica biodiversidade e ao mesmo tempo tornar-se uma potência na produção de alimentos.

Jorge Viana também criticou quem enxerga as florestas e a biodiversidade como problema.